Processo: 031.997/2023-6 Natureza: CBEX – Débito

**Responsáveis:** Francisco Canindé Fernandes de Macedo, Ivanhoé Martins Fernandes, Aloizio Paes de Lima, Paulo Milton Ferreira da Silva, Guilherme Moreira da Silva e Vicentina Maria da Silveira Ribeiro

### **DESPACHO**

Autuado o presente processo de cobrança executiva de débito, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor/entidade executora, e, promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – Cadirreg, de que trata o art. 1º, §3º, da Resolução - TCU 241/2011, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

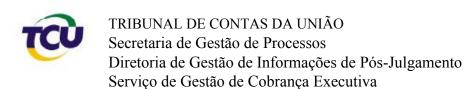
RESPONSÁVEIS	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃOS
Francisco Canindé Fernandes de Macedo	01/02/2020	2926/2019-TCU-Plenário
Ivanhoé Martins Fernandes	04/02/2020	(Condenatório)
Aloizio Paes de Lima	06/02/2020	3193/2020-TCU-Plenário
Paulo Milton Ferreira da Silva	01/02/2020	(Recebimento como peça)
Guilherme Moreira da Silva	06/02/2020	<b>2146/2021-TCU-Plenário</b> (Recurso de Reconsideração)
Vicentina Maria da Silveira Ribeiro	08/12/2022	

A partir do processo originador (TC 012.411/2017-5) foram constituídos 11 processos de Cbexs: 031.995/2023-3, 031.996/2023-0, 031.997/2023-6, 031.998/2023-2, 031.999/2023-9, 032.000/2023-5, 032.001/2023-1, 032.002/2023-8, 032.003/2023-4, 032.005/2023-7, 032.006/2023-3.

## Esclarecimentos adicionais:

Responsável: Francisco Canindé Fernandes de Macedo (CPF 209.988.051-49)

- O responsável não constituiu Procuradores;
- Houve sucesso em notificar o Acórdão Condenatório ao Sr. Francisco no endereço que está vinculado ao seu CPF no Banco de Dados da Receita Federal;
- Houve a interposição de um Recurso de Reconsideração, mas o impetrante não estava neste débito, e sim em outro débito, então não atingiu o Sr. Francisco no débito desta Cobrança Executiva;



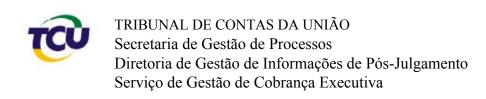
- O AC 2146/2021-P, que analisou este Recurso, foi conhecido, mas foi negado provimento mantendo a condenação original intacta não teve efeitos para o Sr. Francisco;
- Houve sucesso em notificar a Decisão Recursal ao Sr. Francisco no mesmo endereço anteriormente utilizado;
- O trânsito em julgado do Sr. Francisco, para este débito, foi calculado a partir da data da ciência da notificação do Acórdão Condenatório;
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos relativos ao débito;
- O Sr. Francisco não interpôs recursos nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o seu nome não consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos).

# Responsável: Ivanhoé Martins Fernandes (CPF 297.530.907-49)

- O responsável não constituiu Procuradores;
- Houve sucesso em notificar o Acórdão Condenatório ao Sr. Ivanhoé no endereço que está vinculado ao seu CPF no Banco de Dados da Receita Federal – ele mesmo recebeu;
- Houve a interposição de um Recurso de Reconsideração, mas o impetrante não estava neste débito, e sim em outro débito, então não atingiu o Sr. Francisco no débito desta Cobrança Executiva;
- O AC 2146/2021-P, que analisou este Recurso, foi conhecido, mas foi negado provimento mantendo a condenação original intacta não teve efeitos para o Sr. Ivanhoé;
- Houve sucesso em notificar a Decisão Recursal ao Sr. Ivanhoé no mesmo endereço anteriormente utilizado:
- O trânsito em julgado do responsável, para este débito, foi calculado a partir da data ciência da notificação referente ao Acórdão Condenatório;
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos relativos ao débito;
- O Sr. Ivanhoé não interpôs recursos nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o seu nome não consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos).

## Responsável: Aloizio Paes de Lima (CPF 035.981.794-72)

- O responsável constituiu Procuradores após receber a notificação do Acórdão Condenatório;
- Houve sucesso em notificar o Acórdão Condenatório ao Sr. Aloizio no endereço que está vinculado ao seu CPF no Banco de Dados da Receita Federal;
- Inconformado com a condenação e já constituído Procuradores, o responsável interpôs Recurso contra a Condenação, que, pelo AC 3193/2020-P foi recebido como petição apenas, não trazendo efeitos ao responsável e suas condenações – somente os seus Procuradores tiveram ciência desta Decisão;
- No originador houve interposição de Recurso de Reconsideração por um outro responsável que, pelo AC 2146/2021-P foi conhecido, mas foi negado provimento o conhecimento deste acórdão não teve efeitos para o Sr. Aloizio, pois o impetrante não era solidário ao sr. Aloizio, mas sim responsável em outro débito do Acórdão Condenatório seus Procuradores foram notificados desta Decisão da forma procedimental;
- O trânsito em julgado do Sr. Aloizio, foi calculado a partir da data da ciência da notificação do Acórdão Condenatório;



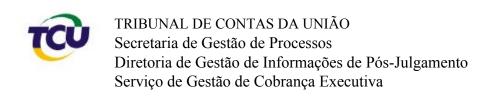
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União -SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos relativos ao débito;
- O Sr. Aloizio não interpôs outros recursos nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o seu nome não consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos).

### Responsável: Paulo Milton Ferreira da Silva (CPF 463.867.502-68)

- O responsável não constituiu Procuradores;
- Houve sucesso em notificar o Acórdão Condenatório ao Sr. Paulo no endereço que está vinculado ao seu CPF no Banco de Dados da Receita Federal no ano de 2019;
- Houve a interposição de um Recurso de Reconsideração, mas o impetrante não estava neste débito, e sim em outro débito, então não atingiu o Sr. Paulo no débito desta Cobrança Executiva;
- O AC 2146/2021-P, que analisou este Recurso, foi conhecido, mas foi negado provimento mantendo a condenação original intacta não teve efeitos para o Sr. Paulo;
- O Sr. Paulo recebeu a notificação referente à Decisão Recursal no endereço atual vinculado ao seu CPF no Banco de Dados da Receita Federal;
- O trânsito em julgado do Sr. Paulo, para este débito, foi contado a partir da data da ciência da notificação do Acórdão Condenatório;
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos relativos ao débito;
- O Sr. Paulo não interpôs recursos nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o seu nome não consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos).

### Responsável: Guilherme Moreira da Silva (CPF 526.171.656-04)

- O responsável não constituiu Procuradores:
- Houve sucesso em notificar o Acórdão Condenatório ao Sr. Guilherme no endereço que estava vinculado ao seu CPF no Banco de Dados da Receita Federal em 2017;
- Houve a interposição de um Recurso de Reconsideração, mas o impetrante não estava neste débito, e sim em outro débito, então não atingiu o Sr. Guilherme no débito desta Cobrança Executiva;
- O AC 2146/2021-P, que analisou este Recurso, foi conhecido, mas teve negado seu provimento mantendo a condenação original intacta;
- Não houve sucesso em notificar a Decisão Recursal ao Sr. Guilherme no endereço anteriormente utilizado (CPF 2017), nem no endereço atual constante do mesmo Banco de Dados;
- Como não se conseguiu outro endereço para enviar a notificação ao Sr. Guilherme, este responsável foi notificado do Acórdão Recursal por Edital;
- O trânsito em julgado do Sr. Guilherme, para este débito, foi calculado a partir da data da ciência da notificação referente ao Acórdão Condenatório;
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos relativos ao débito;
- O Sr. Guilherme não interpôs recursos nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o seu nome não consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos).



# Responsável: Vicentina Maria da Silveira Ribeiro (falecida) (CPF 324.596.611-34)

- A responsável não constituiu Procuradores;
- Quando da prolação do Acordão Condenatório, descobriu-se que a responsável havia falecido e a UT solicitou informações ao Cartório, ao Tribunal de Justiça e ao INSS para saber para solicitar Certidão de Óbito, saber se existia inventário judicial ou extra-judicial, e se a Sra. Valentina havia deixado pensão para alguém;
- Houve a interposição de um Recurso de Reconsideração no originador deste processo, contudo o impetrante não estava entre os enumerados neste débito objeto desta Cobrança Executiva, logo não trouxe efeitos para o Espólio da Sra. Valentina;
- O INSS respondeu que o esposo da Sra. Valentina, Sr. Tadeu Gonçalves Ribeiro, CPF: 239.615.971-20, está recebendo pensão;
- O Cartório enviou a Certidão de Óbito onde afirma que a Sra. Valentina não deixou bens a inventariar, confirmado pelas respostas do Tribunal de Justiça e pelas pesquisas feitas pelos servidores;
- Com essas informações, passou-se a ver os endereços do Sr. Tadeu, como cônjuge supérstite, para notificar sobre as condenações à Sra. Valentina;
- Foram conseguidos dois endereços diferentes do Sr. Tadeu e ele foi notificado sobre os AC 2926/2019-P e 2146/2021-P, nos dois endereços, mas só na terceira tentativa que houve sucesso em conseguir a ciência nos endereços do cônjuge supérstite;
- O Sr. Tadeu não constituiu Procuradores;
- O trânsito em julgado da responsável, para este débito, foi calculado a partir da data da ciência no endereço cadastrado no Banco de Dados da Receita Federal, vinculado ao CPF do cônjuge supérstite da Sra. Valentina – ele recebeu a notificação dos dois Acórdãos no mesmo dia;
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União -SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos relativos ao débito;
- O cônjuge supérstite da Sra. Valentina não interpôs recursos nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o nome do Sr. Tadeu Gonçalves Ribeiro não consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos).

Scbex/Dijulg/Seproc, em 16 de agosto de 2023.

(Assinado eletronicamente)

Carolina Sampaio Freire Santos Moreira Técnica Federal de Controle Externo Matrícula/TCU 3428-2